

A consciência tardia

Data: 22/01/2002

Autor: Lúcio Flávio Pinto - O Estado de S.Paulo

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	22 / 1 / 2002
cod	149

A Amazônia começa a ser reconhecida como soma de rios e florestas e patrimônio nacional, mas ainda numa atitude contemplativa

Belém - Qualquer colegial, em qualquer parte do mundo, perguntado sobre o que é o Egito, responderá sem vacilação: um produto do Nilo. A frase está em todos os manuais, desde as primeiras letras. Criou um refrão universal sobre um país que tem relevância planetária há milhares de anos.

Se a pergunta fosse sobre a Amazônia, qual seria a resposta? Para ser convincente, à maneira do conceito fixado à civilização egípcia, a resposta devia vincular a região a dois dos seus elementos naturais: a água e a floresta. São duas esmagadoras evidências físicas. Um terço das florestas tropicais que sobrevivem na Terra estão concentradas na Amazônia, um território equivalente ao dos Estados Unidos quando se considera a massa vegetal, independentemente das fronteiras nacionais dos seis países latino-americanos, que a contém. Um quinto da água drenada pelos rios do planeta para os mares circula pela bacia amazônica, numerosos afluentes que contribuem para formar o mais extenso e mais caudaloso de todos os rios, o Amazonas.

Quantos seriam capazes de associar a essência amazônica à combinação de vegetação e água? Os resultados da terceira edição de uma pesquisa nacional de opinião pública realizada desde 1992 pelo Ibope, sob encomenda do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto de Estudos de Religião (Iser), indicam como crescente a proporção de pessoas que percebem a relação, valorizando, por isso, o patrimônio natural do país.

Das duas mil pessoas entrevistadas pelo instituto, em outubro do ano passado, 28% consideraram as florestas como o principal motivo do orgulho nacional, o plus que valoriza o Brasil no cenário mundial. Os rios, ou, mais diretamente, a quantidade de água doce em circulação por seu território, são o segundo patrimônio mais lembrado, embora por um número demasiadamente pequeno de pessoas, 4%. Água e floresta, portanto, constituem a vantagem brasileira no concerto das nações para 32% dos entrevistados; acrescidos outros componentes naturais, o índice sobre para 39%, contra 30% apurados na segunda pesquisa, de quatro anos antes.

A evolução, de 30% no período (1997-2001) é significativa. Daí o otimismo dos responsáveis pela consulta com o quadro de melhoria da consciência ecológica nacional. Mas a pesquisa também fornece dados para preocupação. Se o brasileiro está mais atento à natureza, ainda não passou de uma fase estática para uma postura dinâmica. A natureza é considerada sagrada para 67% dos brasileiros, atitude partilhada por 57% em 1992. Ou seja: a visão é idílica, edênica. A natureza está ali, representa uma grandeza dada, e deve continuar assim.

Mas não depende de nós. Não se passa ao momento seguinte, de entendê-la para poder fazer parte dela. Só quem vive na Amazônia sabe que a natureza não é um museu, um quadro na parede, um cartão postal, um escaninho na memória ou um adorno na consciência, porque a vê encurtar a cada ano, sem, de fato, saber o que ela é. E sem poder fazer qualquer coisa para que continue a ser o que é, até poder ser compreendida e manejada. É exatamente por isso que a proporção de pessoas que incluem seres humanos entre os elementos naturais foi maior (40%) na região Norte, acima da média nacional e muito acima de uma região que, sendo uma extensão dela, ou a mais próxima de sua fisionomia, tem o menor índice, de 23%, segundo a pesquisa MME/Iser.

A cada ano o que vem abaixo de floresta na Amazônia equivale, na melhor das hipóteses (a dos

anos de desmatamento menos intenso) ao território de Chipre, onde vivem 800 mil pessoas. A área já alterada na região, se formasse um país, constituiria o maior país da Europa Ocidental, com seus quase 600 mil quilômetros quadrados. Se considerada a Amazônia Legal, um conceito administrativo para efeito de incentivos fiscais, que inclui partes do Centro-Oeste e do Meio-Norte, o desmatamento já alcançou 12% do total. Se tomada como referência apenas a floresta densa, a hileia, a área submetida a desmatamento está chegando a 20% dessa região, que é produto da rara combinação de floresta com água. Sua integridade já está sujeita a uma alta taxa de risco, quase mortal.

Quando fez suas heróicas e maravilhosas viagens pelo Pantanal matogrossense, no início do século XX, a Comissão Rondon calculou que 500 mil quilômetros quadrados desse paraíso bastariam, no futuro, para alimentar todos os brasileiros. É provável que o positivismo, a matriz mental desses militares pioneiros otimistas, os tenha impedido de atentar devidamente para a fragilidade daquele ecossistema se exposto a um esforço produtivo mais intenso, como aquele que propunham. A Amazônia, contudo, já oferece (não voluntariamente, é claro, mas em função de um processo de ocupação compulsória, imposta de fora para dentro) uma área despojada de sua cobertura vegetal original 20% maior do que aquela que sustentaria produção agropecuária suficiente para matar a fome de uma população continental.

Numa das levas de interesse intelectual sobre a região, a proposta de "recuperação de áreas degradadas" se tornou um refrão, da mesma maneira como, antes, na época da "ocupação pela pata do boi", com a qual os colonizadores se armaram para pôr abaixo floresta e em seu lugar formar pastagens para incertos bois, a ladainha era de que o desmatamento não ia fazer mal porque se fazia em áreas de "cerrado, cerradão e mata fina".

Aproveitar áreas já desmatadas para a produção de gêneros pecuários e agrícolas, ao invés de continuar a desmatar, parecia o óbvio ululante. Mas só parecia. Os pioneiros, estimulados ou constrangidos a integrar as frentes de penetração para "amansar a terra" (não só destruindo-a, mas também expulsando o habitante nativo), contavam com generosos e permissivos incentivos fiscais do governo para "abrir fazendas", a primeira atitude do bandeirante. Hoje, não há mais esses recursos, mal aplicados ou simplesmente desviados a rodo, como prova a triste história da extinta Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Há, em contrapartida, a crescente consciência ecológica, nacional e internacional, profunda ou superficial, mas um dado inexistente ou desprezível nos tempos pioneiros. Quem queria fazer avançar sua atividade econômica tinha que continuar a usar a floresta como um estoque de capital. Para que o pasto ou a lavoura crescesse, a reserva florestal encurtava. Os que tentaram voltar sobre os próprios passos constataram que a tal de "recuperação de áreas degradadas" saía mais caro do que a formação da área desmatada original. Às vezes, muito mais caro. Então, depois de ligeira hesitação, todos voltaram a pôr a mata abaixo para conquistar novos espaços ou fazer capital. É o que estamos a assistir neste momento: o incremento do desmatamento, em valores absolutos e em taxas.

Não é melhor o destino que se dá ao outro elemento fundador da Amazônia real: sua imensa rede de drenagem fluvial. Um dos grandes rios da região, o Tocantins, já sustenta com suas águas aquela que, ao ser concluída, com a duplicação da sua potência, a partir deste ano, será a quinta maior hidrelétrica do mundo. Até o final da década, o Xingu estará cedendo águas para a quarta maior usina de energia, a de Belo Monte.

Mesmo com a pressão crescente sobre as águas da região, nenhum dos comitês de bacia recomendados pela recente legislação sobre esses recursos foi criado até hoje na região. A visão que predomina sobre eles é compartimentada: os barragistas só pensam em água na forma de energia; os armadores, enquanto meio de transporte; e os agricultores, para irrigação. Não há um planejamento global e integrador dos diferentes usos, muito menos de antecipação de situações e de prevenção dos problemas. Por incrível que possa parecer, em alguns pontos da Amazônia a água já é problema e em outros seu uso está se aproximando da saturação.

Assim, se no futuro, graças a políticas públicas competentes e a uma campanha nacional de conscientização, o colegial for capaz de conectar água e floresta à razão de ser da Amazônia da forma tão imediata e espontânea como a que o faz dar sua resposta sobre o Egito como produto do Nilo, talvez esse estado resulte em uma grande conquista do ponto de vista museológico, paisagístico ou espiritual. Mas para a Amazônia real não será nem consolo. Quando descobrir a verdade, talvez só reste ao colegial apreciá-la no papel, em gravuras, em fotografias ou num filme de sabor arqueológico.

Lúcio Flávio Pinto é *jornalista*.

Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.